

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 27 – Pensamento Social no Brasil

“Guerreiro Ramos e as linguagens da periferia: o pensamento brasileiro e a história global da sociologia”

Autor: João Marcelo Ehlert Maia

Introdução?

Como fazer pensamento social brasileiro? Melhor dizendo, como utilizar as ferramentas das ciências sociais para analisar obras e autores tidos como clássicos da vida intelectual nacional? No caso deste GT de Pensamento Social, é conhecida a tensão existente entre abordagens sociológicas mais fortes, usualmente conhecidas como “externalistas”, e estratégias analíticas voltadas para a decifração dos nexos de sentido dos próprios textos (Schwarcz, Botelho, 2011). Embora se possa – e se deva – questionar a existência de pólos tão duros e delimitados de interpretação, é fato que essa tensão analítica constitui um dos eixos principais de discussão do grupo, para não dizer do próprio campo de sociologia da cultura (Maia, 2007). Há, porém, um pressuposto pouco discutido, e que me parece ser digno de constituir um problema analítico de relevo nesse universo de estudos. Esse pressuposto refere-se à naturalidade com que utilizamos a circunscrição nacional para marcar o enquadramento das pesquisas, fato que, em última instância, rebate no próprio estatuto histórico do que entendemos por “pensamento social brasileiro”.

Uma das conseqüências desse pressuposto é a tendência a construirmos uma separação entre a história do pensamento social brasileiro e a história das ciências sociais globais, fato que se reflete na própria estrutura de ensino de graduação, em que usualmente o pensamento social é ensinado fora das cadeiras de Sociologia, permanecendo à parte e sem ser necessariamente vinculado com o estudo das idéias modernas sobre o social. De certa maneira, essa separação reflete a polêmica em torno do estatuto científico dos textos agrupados na rubrica do “pensamento social”, polêmica esta que motivou boa parte das discussões constitutivas desse campo (Miceli, 1989; Lima, 1999) e que ainda anima intérpretes interessados em recontar a história do pensamento no Brasil (Lessa, 2011)

Este texto, portanto, procura apresentar de forma incipiente um quadro analítico alternativo para o estudo do pensamento social brasileiro, utilizando um estudo de caso como instância empírica. Meu objetivo é argumentar que podemos tratar o pensamento social como parte integrante de uma história global da imaginação sociológica que

reconheça a relevância dos circuitos periféricos para sua constituição. Apresento o caso do sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos como exemplo dessa possibilidade. Ao invés de analisar apenas as dinâmicas internas do seu texto, ou de tomar as circunstâncias do campo intelectual brasileiro como a principal variável explicativa, procuro combinar as duas perspectivas numa abordagem transnacional, que destaque as ligações intelectuais e cognitivas entre Guerreiro e outros intelectuais e cientistas sociais.

Minha hipótese substantiva é que houve, entre as décadas de 1950 e 1980, um vasto e descentrado campo de trocas intelectuais que envolveu cientistas sociais, economistas e sociólogos em torno de um fazer sociológico não delimitado pela absorção do estrutural-funcionalismo de corte parsoniano, ou que pioneiramente recepcionou de forma crítica esse legado, originando formulações originais sobre desenvolvimento, dependência e modernização (Brasil Junior, 2011). Sustento que esse campo pode fornecer o enquadramento analítico necessário para entendermos o vocabulário, o discurso e o próprio fazer sociológico de Guerreiro Ramos.

O texto está construído em três seções. Na primeira, apresento e discuto algumas formas de se fazer pesquisa sobre a história do pensamento social, destacando o problema levantado neste *paper* – as articulações entre pensamento social e sociologia global, bem como a importância da dimensão transnacional. Meu objetivo é evidenciar os antecedentes desta abordagem no próprio campo do pensamento brasileiro e explorar as possíveis ferramentas disponíveis para o tipo de estudo proposto. Na segunda seção, procuro explorar a abordagem sugerida através de um estudo de caso centrado no sociólogo Guerreiro Ramos. Para tanto, apresento a obra de Syed Hussein Alatas (1928-2007), sociólogo de origem malaia que trabalhou temas similares aos de Guerreiro, embora num contexto nacional bem distinto. A terceira seção dedica-se a sugerir algumas estratégias analíticas para a montagem substantiva do campo transnacional ao qual me refiro na hipótese acima.

Ressalto que este trabalho é parte integrante do projeto “Terra, autonomia e imaginação periférica: descentrando o pensamento social brasileiro”, financiado pela FAPERJ para o biênio 2010-2011. O texto tem forte carga teórico-metodológica, e o caso empírico surge mais como instância de exploração de argumentos. Nesse sentido, é um

trabalho inicial e exploratório, que gostaria de submeter à discussão para o aperfeiçoamento de uma agenda de longo prazo em torno do tema.

1. Como se conta a história do pensamento social e da sociologia?

À primeira vista, pode parecer que boa parte dos melhores trabalhos feitos na área de pensamento social brasileiro enfatizou especialmente o peso do universo intelectual e social nacional no desvendamento de textos e idéias produzidas no país. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens do pensamento político brasileiro (Brandão, 2005), em que o autor procura rastrear famílias intelectuais diacrônicas utilizando como critério afinidades e semelhanças entre autores que escreveram e pensaram em contextos históricos diversos. Nesse sentido, Brandão termina por constituir grupos de pensadores levando em conta principalmente suas orientações políticas a respeito da constituição da ordem burguesa no Brasil.

O recente trabalho de André Botelho também segue uma perspectiva diacrônica, ao investigar as repercussões da obra de Oliveira Vianna em pensadores e cientistas sociais brasileiros, em busca do que chama de “sequências” da sociologia política brasileira (Botelho, 2007). No seu caso, a pesquisa vale-se da interpretação interna dos textos e da reconstrução dos vocabulários e dos argumentos teóricos utilizados, num procedimento analítico que parte de problemas tipicamente sociológicos. De certa maneira, trabalhos hoje clássicos do campo do pensamento social, como o de Wanderley Guilherme dos Santos (Santos, 1978), também procuram esmiuçar os argumentos teóricos de textos clássicos, evidenciando suas aproximações internas e seus nexos com o problema mais geral da afirmação da modernidade entre nós.

Entretanto, muitos estudos também apontaram a tensão entre centros e periferia como elemento constitutivo da própria forma geral do pensamento feito no Brasil. A referência clássica para este debate é a obra de Roberto Schwarz (Schwarz, 1973) sobre a relação entre forma literária e sociedade no Brasil, em que se destaca exatamente o lugar de um país ao mesmo tempo escravista e liberal na ordem capitalista internacional. Em sua análise, o crítico paulista analisa o movimento de idéias no Brasil a partir desta

inscrição, evidenciando o quanto ela explica o sentido do mecanismo do favor na sociedade brasileira e seu nexos com a forma estética delineada nas obras de Machado de Assis. Como evidenciou Maria Arminda do Nascimento Arruda (Arruda, 2004), a crítica de Schwarz valia-se do tema da “formação”, central na interpretação estabelecida por Antônio Cândido e chave principal de entendimento do sentido geral da dinâmica de idéias numa condição social periférica. A análise de Schwarz ainda repercute em trabalhos contemporâneos feitos no campo, do qual os estudos de Bernardo Ricupero são boa evidência (Ricupero, 2008). Ao retrabalhar o tema das “idéias fora do lugar”, Ricupero busca ressaltar a importância da dinâmica centro-periferia para o entendimento da constituição de uma reflexão brasileira sobre a afirmação “torta” da ordem burguesa entre nós.

De outra perspectiva, o trabalho de Luiz Werneck Vianna (Werneck Vianna, 1997) sobre iberismo e americanismo no Brasil destacou também a inscrição periférica dos intelectuais brasileiros como variável fundamental para entender o seu pensar. O recurso feito pelo autor às obras de Lênin e Gramsci visa justamente produzir uma macro-sociologia das relações entre intelectuais, classes e Estado em contextos nos quais o moderno é produzido sob forte impulso do Estado. Perspectiva semelhante pode ser verificada nos trabalhos de Maria Alice Rezende de Carvalho (Carvalho, 1998), no qual a análise do movimento de idéias no Segundo Reinado é submetida ao entendimento do significado do americanismo do engenheiro André Rebouças no âmbito de uma imaginação crítica produzida na periferia¹.

Entretanto, mesmo nos estudos mais fortemente contextualistas, pode-se verificar a persistência do problema “centro-periferia” no andamento das análises e nos procedimentos metodológicos. O estudo de Sérgio Miceli sobre o modernismo plástico paulista, por exemplo, realçou não apenas a circulação de artistas brasileiros em terras européias, mas também o trânsito desigual de propostas estéticas num campo cultural periférico, sujeito ainda a mecanismos tradicionais de mecenato (Miceli, 2003). Nesse

¹ Ressalte-se que nem sempre a análise transnacional do pensamento brasileiro implica assumir a perspectiva periférica. O trabalho de Gláucia Villas-Bôas (Villas-Bôas, 2006) sobre a recepção de Karl Mannheim na sociologia brasileira vale-se das sugestões de Hans Jaus para analisar os circuitos de transmissão e releitura da obra do pensador alemão, procedendo a uma comparação entre os casos brasileiro e norte-americano

sentido, o problema das assimetrias dos campos intelectuais tornou-se um ponto fundamental na análise do autor sobre as trajetórias artísticas e suas respectivas faturas estéticas. A recente pesquisa de Lilia Schwarcz sobre o pintor francês Nicolas-Antoine Taunay (Schwarcz, 2008) também destaca uma dimensão transnacional, embora não tão vinculada pela dinâmica centro-periferia. No seu caso, a própria análise das imagens do Brasil disponíveis no repertório cultural do período em questão é feita a partir de material bibliográfico produzido e circulado por autores franceses e viajantes.

No caso da própria história das ciências sociais no Brasil, é praticamente impossível contá-la sem recurso a algum tipo de abordagem transnacional. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Marco Choro Maio sobre o projeto UNESCO, fundamental na constituição de uma produção intelectual nacional sobre raça e racismo (Maio, 1999), ou os estudos de Fernanda Peixoto sobre a circulação de intelectuais franceses e norte-americanos no campo das ciências brasileiras (Peixoto, 2001).

O que quero dizer com esse brevíssimo arrazoado bibliográfico é que é possível localizar na área de pensamento social brasileiro um componente transnacional que tem como um de seus eixos – embora não o único - a inscrição periférica do Brasil na ordem capitalista internacional e o próprio estatuto do pensamento nessa condição. Entretanto, sustento que essa abordagem permanece ainda pouco explorada em toda sua potencialidade. Não se trata, portanto, de reinventar a roda, mas de aprofundar e radicalizar uma perspectiva que já encontra guarida no nosso campo de pesquisa.

Se passarmos à história da sociologia propriamente dita, o problema parece ser outro, e diz respeito ao clássico problema da “falsa universalidade”. Boa parte do que se consome como “história da sociologia” ou “história das idéias sociológicas” refere-se ao universo intelectual dos países europeus e/ou dos Estados Unidos. É o caso, por exemplo, do magnífico trabalho de Wolf Lepenies sobre as origens da sociologia, no qual o autor destaca o lugar singular ocupado pela disciplina na França, na Inglaterra e na Alemanha (Lepenies, 1997). Essa perspectiva se traduz também nos manuais dedicados à teoria social contemporânea, em que geralmente se conta uma mesma história: a primeira grande síntese teórica teria sido feita por Talcott Parsons no seu clássico sobre a estrutura da ação social; esta síntese teria sido codificada e exportada globalmente no pós-guerra

sob a rubrica do estrutural-funcionalismo; a crítica à análise sistêmica de Parsons teria motivado a emergência de teorias do conflito e uma pluralidade de abordagens micro-sociológicas; finalmente, Bourdieu, Giddens e Habermas teriam logrado empreender um segundo grande movimento de síntese teórica na sociologia, o que teria motivado a releitura das tradições do interacionismo simbólico e do pragmatismo norte-americano. Esta história, com algumas diferenças, é contada em livros atuais, como o de Hans Joas e Wolfgang Knobl (Joas, Knobl, 2009) e o de Anthony Giddens e Jonhattan Turner (Giddens, Turner, 1999), entre outros.

Como se vê, o insulamento do pensamento social brasileiro na sua circunscrição e a lógica eurocêntrica que organiza a narrativa histórica da sociologia convergem para impedir a mútua fertilização entre os dois campos. Sim, pois se é claro que podemos ganhar em riqueza analítica ao enquadrarmos nosso universo intelectual numa perspectiva menos local e mais comparativa, a muitos pode não parecer claro o movimento contrário. Entretanto, não seria mais adequado e correto contar a história da sociologia parsoniana e de sua exportação incluindo a recepção crítica operada no Brasil e na América Latina (Brasil Junior, *op.cit*)? Seria realmente possível contar uma história da sociologia ou da teoria que desconsiderasse a teoria da dependência ou a tratasse como uma simples nota de pé de página? Finalmente, como ignorar que um dos primeiros sociólogos do mundo a codificar em termos teóricos a sociologia clássica de Marx, Weber e Durkheim num cânone clássico foi Florestan Fernandes, e não Anthony Giddens? Creio que essas questões evidenciam o quanto esse trabalho intelectual pode ser enriquecedor para o pensamento social brasileiro e para a própria reconceitualização da história da sociologia. Mas, quais são os instrumentos metodológicos para empreender tal movimentação?

Um texto pioneiro para esta abordagem é o de Pierre Bourdieu sobre a circulação internacional das idéias (Bourdieu, 2002). Ao analisar os desentendidos que marcariam certas relações intelectuais entre franceses e alemães, Bourdieu aponta para o problema da recepção de autores e obras de uma tradição em outro sistema intelectual. Sua hipótese diz respeito ao efeito de constrangimento exercido pelas singularidades dos campos intelectuais nacionais sobre obras estrangeiras. No caso, o sociólogo francês enfatiza a agência do campo de recepção, que termina por torcer ou traduzir conceitos e

vocabulários por um prisma deformante. Seu programa aponta para a necessidade de uma história social comparada de campos intelectuais nacionais, que teria o objetivo de desvendar a historicidade de categorias de pensamento que tendem a ser naturalizadas em cada caso.

A despeito de reconhecer a existência de assimetrias e subordinações nessa relação de troca, o fato de Bourdieu se centrar basicamente no caso França-Alemanha faz com que pouco se questione sobre as relações de troca e recepção entre centros e periferias. Além disso, o texto de Bourdieu ainda se restringe a uma comparação de casos nacionais, não questionando propriamente a existência de uma dinâmica transnacional que se sobreponha a eles, construindo outro ponto de vista analítico que não o do Estado-Nação. Esta perspectiva, porém, está presente em trabalhos mais recentes, como no caso do artigo de Johan Heilbron, Nicolas Guilhot e Laurent Jeanpierre (Heilbron, Guilhot e Jeanpierre, 2008).

Em seu texto conjunto, esses três estudiosos propõem que se conte a história da sociologia não a partir de uma comparação de casos nacionais, mas sim de uma análise das redes transnacionais constituídas a partir de três variáveis principais: a) as iniciativas disciplinares e institucionais, como no caso da UNESCO ou da ISA; b) a mobilidade de intelectuais e estudiosos, seja por conta de intercâmbios, seja por diáspora ou exílio; c) as trocas intelectuais promovidas por instituições não-acadêmicas ou disciplinares, como ONGs. Ao recontarem a história da sociologia na segunda metade do século XX utilizando essa perspectiva, esses autores destacam a crescente tensão entre o universalismo que acompanha o processo de exportação da sociologia norte-americana (principalmente quando impulsionado pela consagração da sociologia funcionalista americana no pós-Segunda Guerra) e a vocação “context-based” de outras práticas sociológicas ao redor do mundo.

Por outro trajeto teórico, Fernanda Beigel (Beigel, 2010) também evidenciou a rentabilidade de uma abordagem transnacional para o estudo da história da sociologia. Ao analisar a gênese e a disseminação da teoria da dependência, Beigel enfatizou o papel de agências regionais, como a FLACSO, e de cidades da diáspora, como Santiago do Chile, na conformação de um campo intelectual no qual germinou uma das mais originais

teorias latino-americanas. Mais recentemente, Cláudio Pinheiro (Pinheiro, 2010) analisou a exportação e a posterior recepção das teorias da dependência sul-americanas no Sudeste Asiático, contexto no qual esse vocabulário ganhou outras conotações, mais próximas das preocupações locais com dependência intelectual e acadêmica.

É possível extrair desses trabalhos algumas estratégias analíticas adequadas para uma abordagem transnacional do pensamento brasileiro. Destacaria quatro procedimentos básicos, que não são propriamente excludentes: a) o rastreamento de afinidades eletivas entre diferentes intelectuais, localizados em contextos nacionais distintos, que não necessariamente se comunicavam; b) o levantamento de iniciativas institucionais transnacionais, que disseminavam novos vocabulários da sociologia e contribuía para organizar instituições e centros de pesquisa nos quais emergiam novas formas de fazer sociológico (a UNESCO é o melhor exemplo, mas podemos pensar também nas organizações criadas a partir dela, como a ISA). c) o estudo comparado da recepção de teorias e conceitos produzidos nos eixos hegemônicos das ciências sociais e circulados internacionalmente; d) a história social da circulação efetiva de intelectuais por diferentes países e regiões.

Como disse, esses procedimentos não são excludentes, e podem ser combinados. Por exemplo, iniciativas institucionais transnacionais em geral associam-se à disseminação de linguagens sociológicas que permitem aferir como diferentes cientistas sociais mobilizam idéias e conceitos similares, mesmo estando localizados em campos intelectuais nacionais.

Gostaria de chamar a atenção também para a forma como esse universo descentrado estava profundamente enredado ao próprio campo mais amplo da sociologia global. Quando me refiro ao estatuto da periferia, de maneira nenhuma sustento que essa condição era exclusiva ou autárquica. Na verdade, boa parte do que era consumido por esses cientistas sociais provinha de centros hegemônicos, mas era relido a partir das singularidades do fazer sociológico em condições periféricas.

Trata-se, agora, de ver como este tipo de abordagem pode ser útil para a análise de um intelectual usualmente tomado como objeto de pesquisas por especialistas em pensamento social brasileiro. Refiro-me ao caso de Guerreiro Ramos.

2. Guerreiro Ramos e o fazer sociológico periférico.

Ao analisarmos a obra de Guerreiro Ramos, uma das características que salta aos olhos é a sua diversidade. A fase mais conhecida de sua produção relaciona-se à participação do autor no IBESP e no ISEB, período durante o qual a defesa de uma sociologia nacional “em mangas de camisa” associou-se a programas políticos de corte nacionalista. São desse período obras clássicas, como *A Redução Sociológica* (Ramos, 1958). É difícil, porém, “ver” este Guerreiro na sua obra anterior, em especial quando ministrava cursos no Departamento Nacional da Criança e no DASP durante e imediatamente depois do Estado Novo. Nesse período, sua produção era divulgada em artigos técnicos, no qual demonstrava notável domínio da produção internacional, em especial das técnicas de pesquisa empírica desenvolvidas na sociologia norte-americana (Ramos, 1949a, 1949b). Não há, nessa fase, grandes preocupações com o estatuto da reflexão em países marcados pela condição cultural colonizada. Do mesmo modo, a obra de Guerreiro feita no exílio norte-americano, a partir de 1966, demonstra grande interesse pelo desenvolvimento de uma teoria da administração que superasse as limitações de um agir instrumental meramente orientado para a reprodução formal das instituições modernas (Ramos, 1966). É fato que essa fase diaspórica guarda similaridade com seu pensamento anterior. Estão lá as referências constantes a Karl Mannheim, Max Weber, George Balandier e Georges Gurvitch, bem como a preocupação com o problema da periferia global. Entretanto, conceitos como “Terceiro Mundo” são explicitamente rejeitados pelo autor, provavelmente por conta da própria dinâmica do campo intelectual no qual estava enredado, marcado pela necessidade de publicar em inglês e pelo consumo de uma bibliografia e de uma temática específicas. Ora, como lidar com tanta diversidade em termos analíticos?

Alguns estudiosos procuram classificar a produção do autor em diferentes fases, e a partir daí localizar permanências e rupturas. É o caso de Luís Soares (Soares, 1993), por exemplo. Outros, como Aristôn Azevedo (Azevedo, 2006), procuram marcar a

integridade do pensamento do autor, evidenciando seus nexos de sentido e construindo pontes entre escritos das mais diferentes épocas. É claro que este é um exercício de reconstrução formal, em que o papel do intérprete e de suas hipóteses é determinante para o ato de interpretação. Outros preferiram assumir a diversidade do autor, explorando problemas e questões mais delimitadas, como sua inserção geracional, seus conflitos intelectuais e seu discurso sociológico (Oliveira, 1995). E há os que se concentraram em períodos específicos, delimitando a relação entre o pensamento do autor e a estrutura de classes da sociedade brasileira num dado momento da vida nacional (Bariani Junior, 2008). Parece-me, entretanto, que o corte sincrônico transnacional pode iluminar mais adequadamente essas transformações no pensamento guerreiriano.

É fato que os estudiosos já localizaram corretamente a inscrição de Guerreiro na corrente terceiro-mundista de seu tempo. É o caso dos trabalhos de Daniel Pécaut (Pécaut, 1990), Renato Ortiz (Ortiz, 1994) e Luiz Eduardo Motta (Motta, 2010). Motta inclusive acentua a similaridade entre os trabalhos de Guerreiro e de Pierre Mousa e Frantz Fanon. Creio, entretanto, que não exploramos ainda o efeito analítico dessas comparações, que implica descentrar a diacronia nacional para a localização e interpretação de um clássico do pensamento social brasileiro. Refiro-me à necessidade de inscrevermos o pensamento brasileiro como um caso dentre outros de imaginação periférica global, localizando fontes comuns, formas de fazer sociológico, tipos de discurso etc.

Se colocarmos sua produção dos anos 1950 e 1960 numa perspectiva transnacional, fica mais fácil compreender sociologicamente a emergência não apenas de um vocabulário específico (temas, conceitos, palavras-chaves e fontes intelectuais), como também do que chamo de um fazer sociológico, expressão que designa a combinação entre discurso teórico, estilo de escrita e formas de autoconstrução político-intelectual. A este exercício me dedico nos próximos parágrafos.

Jovem com forte formação filosófica católica, tendo participado do integralismo em sua juventude na Bahia, Guerreiro constituiu-se intelectualmente a partir das influências do existencialismo cristão de Jacques Maritain e do teólogo russo Nicolas Berdiaeff (Azevedo, 2006). Nesse período inicial de seu percurso, o culturalismo alemão

Ihe fornecia as chaves para uma crítica ao mundo moderno e seus efeitos negativos sobre a dimensão humana dos indivíduos, reduzidos a um aspecto puramente instrumental. Ao vir para o Rio em 1939, Guerreiro vem estudar na Universidade do Brasil, onde sofreria seus primeiros dissabores. Preterido na nomeação para um posto de professor supostamente por conta de seu passado integralista, faria sua entrada no mundo da sociologia a partir de cargos técnicos, inicialmente no Departamento Nacional da Criança, e posteriormente no DASP. Nessa segunda fase de sua carreira, estudaria com afinco as principais correntes sociológicas então dominantes no Hemisfério Norte, preocupado com a produção de um conhecimento científico que auxiliasse na organização racional da administração pública no Brasil.

Nota-se nessa fase a influência de Karl Mannheim, em especial no que se refere ao dualismo entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental e à defesa do planejamento como ferramenta das modernas democracias de massa. Suas publicações neste período saem principalmente nas folhas da *Revista do Serviço Público*, evidenciando o nexo entre produção sociológica e as tarefas de organização da administração burocrático-autoritária do Estado Novo. Guerreiro mostra-se atento leitor da produção internacional, escrevendo sobre as obras de Max Weber (Ramos, 1946) e W.I. Thomas (Ramos, 1948), além de realizar inventários sobre técnicas de pesquisa empírica em campos de ciência social aplicada, como orçamento familiar e saúde pública (Ramos, 1949a, 1949b).

A publicação de “O processo da sociologia no Brasil” (Ramos, 1953) marca o período mais conhecido da obra guerreiriana, em que a crítica ao fazer sociológico “alienado” ou “consular” se articula a uma defesa de procedimentos teóricos que fossem orientados por problemas reais da sociedade brasileira. Nesse texto, Guerreiro produz verdadeiro inventário do pensamento brasileiro, construindo duas linhagens de intelectuais opostas por conta de seu maior ou menor realismo crítico. Assim, “consular” seria a sociologia de Mário Lins, Rui Barbosa e outros, ao passo que “nacional” seria o pensamento de Euclides da Cunha, Silvio Romero e Alberto Torres. Essa perspectiva é avançada em trabalho publicado no ano seguinte (Ramos, 1954), em que Guerreiro articula de forma mais explícita o tema da “sociologia nacional” ao problema do colonialismo intelectual e cultural, ecoando formulações de Georges Balandier e Octave

Mannoni. Nesse momento, o autor mobiliza conceitos e vocabulários condensados em torno da expressão “situação colonial”, relendo a história da sociologia brasileira a partir desse enquadramento. É nesse período que Guerreiro Ramos iria chocar-se com Florestan Fernandes no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, quando as teses do sociólogo baiano sobre a sociologia seriam rejeitadas, ocasionando conhecida polêmica com Florestan, tema amplamente estudado na bibliografia da área (Bariani Junior, 2003; Guanabara, 1992)

O seu livro sobre a redução sociológica coroaria esse período. Nesta obra, tida como seu maior clássico, Guerreiro Ramos mobilizaria verdadeiro arsenal de filosofia existencial (Hegel, Scheler e outros) e sociologia dialética (Gurvitch), com o intuito de apresentar os diferentes procedimentos que deveriam orientar a aplicação de conceitos a realidades empíricas. O objetivo de Guerreiro era destacar o enraizamento cultural e social da produção conceitual em voga na sociologia hegemônica (em especial, na norte-americana), que seria carregada de pressupostos muitas vezes naturalizados. Nesse sentido, seu livro aponta para a desigualdade existente nos trânsitos intelectuais entre metrópole e periferias e os procedimentos metodológicos necessários para a produção de uma sociologia auto-reflexiva e não mimética. Nesse período, que seria seguido por numerosas obras sobre política, nacionalismo e a revolução brasileira – que se pensava estar então em curso –, a atuação intelectual de Guerreiro alia-se a um engajamento político maior, seja no ISEB, seja na sua curta passagem no Parlamento brasileiro, como suplente do PTB.

Após o golpe militar no Brasil, Guerreiro Ramos é cassado e encontra abrigo na EBAP, a escola de Administração da FGV. Lá, desenvolve pesquisa no campo da Administração Pública, sob financiamento da Fundação Ford, que resulta no livro *Administração e Estratégia de Desenvolvimento* (Ramos, 1966). Neste livro e em textos seguintes, o vocabulário da sociologia anticolonial está bem menos presente. Entretanto, sua visão crítica sobre a teoria metropolitana permanece, só que desta vez orientada para as falácias de teorias administrativas tidas como “hipercorretas”, incapazes de perceber a diversidade de contextos e a necessidade de procedimentos críticos a orientarem o consumo de conceitos. Ao mesmo tempo, Guerreiro critica fortemente o funcionalismo parsoniano e as teorias da modernização que transformavam certas características da

sociedade norte-americana em pré-requisitos supostamente universais e abstratos. Pode-se dizer que nesta última fase da carreira e da vida do autor, sua abordagem orientou-se progressivamente para uma leitura crítica das estratégias de desenvolvimento que reificavam o mercado, o Estado-Nação e a burocracia.

Vale dizer que Guerreiro Ramos não produzia num vácuo. Na América Latina, a sociologia vivia um período de forte crescimento, em especial nos anos 1950. Em seu livro sobre a sociologia nesse continente, Gino Germani (Germani, 1964) analisava a formação do que acreditava ser a fase “científica” da disciplina, que viria substituir a sociologia “catedrática” anterior, lastreada em cadeiras universitárias que não se organizavam em padrões institucionais modernos. Esta perspectiva encontra guarida entre alguns intérpretes contemporâneos, que vêem os anos de 1950 como marcados pela emergência da “sociologia científica”, configurando um padrão de trabalho intelectual tipificado pelo desenvolvimento da pesquisa empírica realizada em centros institucionalizados (Tavares dos Santos, Baumgarten, 2005; Blanco, 2007).

Pode-se desconfiar, é claro, de periodização tão dura, que parece comprar a visão dos vencedores do processo – os sociólogos ditos científicos, como Germani e Florestan Fernandes. Afinal, desde a década anterior, o sociólogo espanhol-mexicano José Medina Echavarría já produzia inventários e compêndios de sociologia que articulavam seu sólido conhecimento da crítica filosófica alemã a um crescente interesse pelas técnicas de pesquisa social desenvolvidas nos Estados Unidos (Echavarría, 1940). Nesse sentido, expressava uma formação intelectual similar a de Guerreiro Ramos, marcado pelo conhecimento da filosofia existencialista e da crítica culturalista alemã aliado ao interesse pelas novas técnicas de pesquisa analisadas por Echavarría.

Nesse processo de configuração do fazer sociológico na América Latina, a UNESCO teve papel fundamental. Criada como instrumento de propagação dos ideais liberais e universalistas que organizariam a ONU, essa instituição conheceria no nosso continente alguns de seus maiores sucessos em termos de construção institucional e acadêmica. Iniciativas como a FLACSO no Chile e o CLAPCS no Rio de Janeiro produziram uma boa plataforma para o treinamento de novas gerações de sociólogos. Segundo um dos diretores de seu programa de ciências sociais, a América Latina foi um

dos terrenos mais férteis para as iniciativas do órgão da ONU, que também procurava implantar empreendimentos similares na Índia e em outros países (Leyngel, 1986: 24).

A UNESCO tinha a ambição de produzir um vocabulário sociológico comum e universal, incentivando a produção de pesquisas transnacionais e a tradução de obras relevantes, além da edição de dicionários de termos e conceitos utilizados na disciplina. Vale lembrar que a ISA (International Sociological Association) foi a primeira organização acadêmica internacional criada pela UNESCO, ainda em 1949. Pode-se dizer que, neste período, a sociologia vivia um processo de mundialização, que acompanhava as transformações no cenário internacional do pós-1945. A própria exportação do funcionalismo parsoniano ganhou fôlego, coincidindo com a mudança do eixo da vida intelectual na disciplina da Europa para os Estados Unidos, fato usualmente notado na bibliografia sobre história das ciências sociais.

Gostaria de destacar que essa vasta mudança geopolítica é pautada por duas forças principais: de um lado, por uma ideologia liberal-humanista que acreditava na possibilidade da mundialização da sociologia, dotada de vocabulários e conceitos comuns, capaz de ser disseminada do centro (leia-se Estados Unidos) para as periferias. De outro, há a progressiva emergência de vozes periféricas que questionam o estatuto supostamente universal dessa linguagem sociológica, sugerindo outros programas e vocabulários teóricos. Note-se que esses movimentos não eram duais ou opostos, mas estavam dialeticamente integrados, pois é, em alguma medida, a própria exportação e incorporação do parsonianismo e da sociologia da modernização americana que vão ser processados e criticados a partir de outros lugares de discurso, gerando fabulações teóricas alternativas. É o que ocorre na América Latina, por exemplo, onde trabalhos como o de Luiz Aguiar da Costa Pinto, Florestan Fernandes e Rodolfo Stavenhagen vão submeter os pressupostos da modernização à crítica, gerando outras formas de se pensar o desenvolvimento.

Outra força importante nesse processo vem do pensamento social surgido a partir da percepção crítica do fenômeno colonial. As matrizes desse pensamento situam-se tanto na produção intelectual nos próprios centros colonizadores – caso da França, onde Balandier e Mannoni buscavam entender a dinâmica das situações coloniais -, como

também de intelectuais periféricos educados ou socializados nesses trânsitos entre metrópole e colônias (caso de Frantz Fanon, Aimé Césaire e Pierre Moussa, por exemplo).

É neste quadro novo, marcado por uma mundialização institucional e cognitiva da sociologia, sob hegemonia do funcionalismo parsoniano, combinada a uma disseminação de sociologias do mundo colonial em ebulição, que fabulações alternativas surgiriam, seja na América do Sul, na Ásia e na África. E é esse quadro que nos permite passar da obra de Guerreiro Ramos para a obra de Hussein Alatas, que iria começar a produzir alguns de seus trabalhos mais relevantes nas décadas de 1960 e 1970.

Hussein Alatas formou-se intelectualmente na Holanda, onde estudou na Universidade de Amsterdã. No final dos anos de 1940, empreendeu viagem por países do Norte da África e do Oriente Médio, tendo passado por Teerã, Bagdá e outras capitais. Nessas andanças, conheceu líderes do movimento anticolonial, como Ben Bela e Mohammad Natsir. Entre 1954 e 1955, foi o editor do jornal “Progressive Islam”, no qual publicava artigos sobre sociologia e buscava estabelecer as bases para uma articulação entre a tradição islâmica e o processo de construção de modernos Estados pós-coloniais. Tratava-se de um programa de “especificidade cultural” (Abaza, 2002), para o qual Alatas valia-se de sua sólida formação na sociologia do conhecimento germânica, em especial da obra de Karl Mannheim.

Nos anos 1960, já de volta ao Sudeste Asiático, publicaria uma coleção de estudos e ensaios de sociologia histórica sobre a colonização e a modernização da região. Em alguns desses textos já se notava a preocupação com a crítica de estereótipos e falsas pressuposições sobre o lugar do Islamismo no Sudeste Asiático. Nesse período, Alatas concilia a atividade intelectual com a participação política na vida de sua recém-criada Nação. Assim, assume postos de prestígio na hierarquia universitária, ao mesmo tempo em que se junta ao Gerakan, partido opositor de inspiração trabalhista e refratário às políticas etnicizantes postas em prática pelo regime pós-colonial.² Sua curta carreira no

² A península malaia era palco de intrincados conflitos étnicos, já que os chineses constituíam um grupo relevante dentro da região, ocupando melhores posições sociais e postos de prestígio intelectual. O regime malaio procurou combater isso por meio de políticas de corte etnicizantes e da divulgação de doutrinas

Senado malaio evidenciou seu desagrado com as orientações políticas vigentes, produzindo um profundo sentimento de insatisfação com as elites dirigentes locais. Neste sentido, os textos de Alatas escritos na década de 1970 devem ser entendidos como sendo dirigidos não apenas para os pares acadêmicos, já que foram inspirados pela sensação de desencanto do autor com as realidades de uma Nação recém-independente, mas ainda incapaz de se afirmar de forma autônoma.

Mas são os textos publicados a partir da segunda metade dos anos de 1960 e ao longo da década de 1970 que iriam evidenciar a preocupação do autor com a produção de um discurso sociológico autônomo. Tomo como evidência de seu pensamento dois de seus textos mais populares. O primeiro é o seu famoso escrito sobre o conceito de “mente cativa” (Alatas, 1972), e o segundo refere-se ao seu livro sobre intelectuais no mundo em desenvolvimento. Assim como no caso de Guerreiro, o objetivo é visualizar mais adequadamente o tipo de fazer sociológico então em jogo.

No caso da mente cativa, Alatas vale-se do conceito de efeito-demonstração, tal como teorizado no pensamento econômico de Celso Furtado e Gunnar Myrdal, para pensar o problema da importação acrítica de conceitos e esquemas teóricos por parte de cientistas sociais e planejadores de países periféricos. Segundo ele, esse efeito fazia com que essa importação gerasse aplicações equivocadas dessas teorias, que, em muitos casos, seriam irrelevantes para os contextos locais. Interessante notar como boa parte dos exemplos fornecidos por Alatas são do mundo da administração pública, e não da ciência social propriamente dita. Tudo se passa como se o autor estivesse elegendo como interlocutores críticos não propriamente seus pares, mas sim as elites dirigentes de seu país, que insistiam em pensar os problemas do desenvolvimento a partir de categorias importadas e sem funcionalidade no contexto local.

Note-se que este pequeno e influente texto deve ser lido ao lado de sua obra mais conhecida, *The Myth of the Lazy Native* (1977a), citada pelo próprio Edward Said como fonte clássica para o estudo do Orientalismo. Nesta obra, Alatas dedica-se a desconstruir o repertório ideológico formado ao longo da colonização por ingleses e holandeses sobre

neodarwinistas que contribuía para reforçar o estereótipo dos malaios como “atrasados” em relação aos chineses.

o caráter dos malaios e outros povos da região. Ao enfatizar a relação entre esse conjunto de discursos e o “capitalismo colonial”, Alatas mirava não apenas nos europeus, mas no próprio regime pós-colonial malaio, que veiculava versões atualizadas desses estereótipos pretéritos com o intuito de produzir uma “revolução mental” num povo supostamente apático e não predisposto à modernização.

No caso do livro sobre intelectuais (1977b), Alatas analisa a função desse grupo em sociedades em vias de desenvolvimento. Seu argumento destaca não apenas os efeitos do colonialismo no sistema escolar e na vida cultural, como também a inépcia das elites pós-coloniais na organização de espaços para a atividade intelectual. Alatas busca na literatura russa categorias clássicas como a de “homens supérfluos” para designar o estado de anomia em que se encontravam os intelectuais periféricos, incapazes de ordenar racionalmente a vida política em seus países. Parece-me claro que este diagnóstico amargo reflete, sem muitas mediações, o desencanto do próprio autor com suas experiências políticas no Sudeste Asiático.

Ao mesmo tempo, seu livro tecia severas críticas às elites dirigentes locais, classificadas sob a rubrica do “tolo”. Nos capítulos a elas dedicados, Alatas enumera um verdadeiro catálogo de vícios dos funcionários burocráticos, incapazes de aplicar conhecimento racional para resolução de problemas políticos, guiando-se pela repetição de fórmulas prontas e pela preguiça mental. Gostaria de ressaltar o enorme poder de agência conferido por Alatas aos intelectuais. Ao criticar teorias estruturalistas e funcionalistas sobre o tema, o autor sustenta a ampla possibilidade de liberdade de ação para os intelectuais, que deveriam ser capazes de fornecer ferramentas para a liderança moral e política de suas sociedades.

A despeito da singularidade dos constrangimentos políticos que marcaram esta trajetória de Alatas, note-se que as fontes intelectuais que lhe serviram de ferramenta não eram regionais ou locais. No caso das idéias cepalinas, Joseph Love (Love, 1998) já deixou claro a dinâmica transnacional que marcou sua circulação e posterior reorganização crítica. O próprio Guerreiro Ramos esteve exposto a esse conjunto de idéias quando trabalhou na Casa Civil de Vargas, juntamente com Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira. A relevância da literatura russa também é comum a ambos,

funcionando como uma espécie de repertório cultural propício para intelectuais em sociedades periféricas às voltas com as tensões do subdesenvolvimento.

Isto é, por mais que Guerreiro e Alatas não se conhecessem, e nem mesmo tivessem circulado pelos mesmos espaços de formação intelectual (Guerreiro só foi sair do Brasil no exílio), o rastreamento dessas afinidades eletivas e a percepção de fontes intelectuais comuns é um primeiro passo para explicar a similaridade de parte de suas produções num dado período histórico. Note-se que há mais trabalho a ser feito. Creio que para delimitar mais adequadamente esse fazer sociológico, é necessário atentar também para o próprio estilo do discurso sociológico utilizado, bem como para a autoconstrução intelectual desses personagens, destacando suas formas de projeção e atividade pública. Novamente, há semelhanças, a despeito da notável diferença entre os respectivos campos nacionais.

As trajetórias de Guerreiro e Alatas foram marcadas por experiências políticas mal-sucedidas em grandes coalizões nacionalistas. Nos anos de 1960, Guerreiro enfronhou-se mais decisivamente no campo trabalhista, organizando-se no grupo Compacto do PTB e disputando a liderança intelectual do partido com San Tiago Dantas. A despeito da mal-sucedida campanha à deputado em 1962, acaba assumindo como suplente a vaga de Leonel Brizola, sendo cassado logo em 1964. Alatas, por sua vez, foi intimamente ligado ao movimento de independência, tendo participado do já citado partido de oposição Gerakan, também de inspiração trabalhista. Por conta desse envolvimento, serviu um curto período em 1968 no Senado malaio, afastando-se posteriormente da política. Nos anos 1970, a elite dirigente malaia logrou produzir uma síntese de capitalismo autoritário e islamismo estatal, numa tentativa de cooptar o Islã político e neutralizar o poder dos clérigos na sociedade civil. Alatas foi forte crítico desse arranjo e de sua ideologia³.

³ Este tipo de trajetória não era incomum no universo da sociologia periférica. Samir Amin, por exemplo, trabalhou na administração pública egípcia entre 1957 e 1960, depois foi conselheiro no governo de Mali.

Essas trajetórias conturbadas, oscilando entre política, vida intelectual e construção do Estado-Nação, traduziram-se numa produção intelectual que, por vezes, elegia como interlocutores setores da elite dirigente, e não propriamente os pares científicos. Além disso, esse discurso também foi sendo traduzido em categorias mais simples e diretas, a despeito da visível sofisticação dos trabalhos especializados feitos anteriormente pelos referidos sociólogos. Ambos os autores também gostavam de se apresentar como uma espécie de consciência moral da Nação, conferindo enorme poder de agência aos intelectuais. Em boa parte dos escritos de Guerreiro e de Alatas, é possível rastrear a emergência de uma sociologia dos intelectuais que na verdade se traduz num programa de atuação política dos intelectuais.

3. Do estudo de caso às inferências mais gerais sobre o campo periférico.

O que esta primeira incursão comparativa pode nos revelar sobre o problema mais geral da constituição do pensamento periférico no período em tela? Nesta seção, apresento algumas inferências sobre o tema e sugiro estratégias de pesquisa que possam organizar o desenvolvimento da investigação proposta neste *paper*.

Um primeiro ponto que salta aos olhos refere-se à necessidade de inventariar mais adequadamente as fontes intelectuais comuns aos praticantes desse fazer sociológico. Muitas vezes, a história estabelecida da sociologia pode ofuscar tradições que, a despeito de hoje estarem esquecidas, foram outrora importantes para a configuração de vocabulários e modos de pesquisa. O estudo de caso brevemente apresentado indicou um corpo comum de referências literárias e filosóficas, como aquelas relacionadas à literatura russa e sua recepção em sociedades periféricas, um tema que está a merecer pesquisas mais aprofundadas (Gomide, 2004). Parece que os personagens analisados localizavam nesse corpus um conjunto de visões alternativas sobre o poder de agência dos intelectuais em situações de atraso e sobre a dimensão moralizante da ação política. Em que medida outros intelectuais periféricos neste período também localizaram numa certa imaginação russa o fermento necessário para justificar e enquadrar o problema do voluntarismo intelectual e da ação política? Esta é uma questão interessante, que pode conduzir a inferências relevantes sobre a recepção de idéias similares em contextos nacionais muito distintos.

Além desse conjunto literário-filosófico, parece-me impossível entender o lugar de Guerreiro Ramos e a constituição deste fazer sociológico sem levar em conta a importância da sociologia francesa do pós-guerra, em especial de Georges Gurvitch e George Balandier. Embora hoje esquecidos nos manuais e livros sobre a disciplina, estes autores foram extremamente importantes na constituição de um corpo de reflexão que pensava o fazer sociológico de forma heterodoxa ao consenso parsoniano. Gurvitch, por exemplo, teve um papel organizador para a constituição deste campo. Ao retornar dos Estados Unidos para a França depois da Segunda Guerra, publicou uma coletânea sobre a sociologia no século XX, e fundou a “Cahiers Internationaux de Sociologie” em 1946. Além disso, foi um dos fundadores da Associação de Sociologia em Língua Francesa, que se configurava como uma tentativa de resistir à hegemonia do padrão parsoniano de ciências sociais que era exportado via Estados Unidos. Sua tentativa de integrar a dialética ao corpo do conhecimento sociológico exerceria forte influência sobre Guerreiro, e seria um indicativo de um tipo de fazer sociológico que encontraria eco em outras formações periféricas.

Gurvitch teve papel relevante para outros adeptos desse fazer sociológico periférico, como o argelino Anouar Abdel-Malek, que publicou nos anos 1970 seu livro “*La Dialectique Sociale*” (Abdel-Malek, 1972), no qual fazia largo uso de conceitos e categorias típicas do discurso teórico de Gurvitch e mesmo Balandier. Boa parte deste vocabulário havia sido organizada no livro *Tratado de Sociologia* (Gurvitch, 1960), no qual autores como Duverger, Crozier, Bastide e outros escreviam textos sobre o estado da arte em campos como “sociologia da vida moral”, “sociologia do entrecruzamento das civilizações” etc. A sociologia da situação colonial escrita por Balandier inscreve-se justamente nesse projeto sociológico “outsider” (caso visto com os olhos de hoje), que ocupava uma posição dissonante não apenas no campo intelectual francês, dividido entre o legado durkheimiano e a emergente sociologia aplicada absorvida por jovens egressos dos EUA (Drouard, 1982), mas também no campo internacional. Esta conexão intelectual partia da França e mobilizava sociólogos da periferia, também inscritos em posições dissidentes em seus países e ambientes intelectuais, caso de Guerreiro e Abdel-Malek.

Como se vê, este campo da sociologia periférica não se armou de forma particularista ou exclusivamente terceiro-mundista. Uma breve análise sobre a trajetória e a circulação de alguns de seus personagens principais evidencia a centralidade da França e de sua produção intelectual, tanto na legitimação desses intelectuais, como na distribuição de um vocabulário que seria reprocessado em outras condições. Uma das estratégias da pesquisa ora em curso implica justamente estabelecer essas conexões cognitivas e institucionais.

Em termos de periodização, pode-se aventar a hipótese inicial de que este campo conheceu dois grandes períodos históricos: o primeiro teria sido marcado por nomes como Fanon, Césaire, Pierre Moussa, Guerreiro Ramos e outros pensadores que escreveram principalmente nos anos de 1950 e primeira metade dos anos 1960, influenciados tanto pela psicanálise, como pela filosofia da existência e pela sociologia colonial. Um segundo momento iniciou-se nos anos 1970 e foi até o final da década de 1980, período durante o qual a teoria da dependência conheceu seu auge, bem como reflexões terceiro-mundistas sobre imperialismo. Este período, mais radical do que o anterior, foi caracterizado também pela emergência dos programas de indigenização do conhecimento (Akiwowo, 1986), discussão que não encontrou eco no Brasil nos termos em que era trabalhada em outros contextos.

No que se refere ao vocabulário e às instituições que permitiam a circulação dessas fontes, é importante notar que esse universo periférico envolveu não apenas cientistas sociais, mas também economistas e historiadores de diferentes países. Trata-se, portanto, de identificar as principais iniciativas institucionais transnacionais que atuaram na constituição desse campo – penso especialmente na UNESCO –, bem como de publicações e periódicos que permitiam a circulação de intelectuais, temas e conceitos, configurando um vocabulário específico. Tal vocabulário era composto por categorias tais como: desenvolvimento, dependência, imperialismo intelectual, “mente cativa”, redução sociológica, situação colonial etc. Uma estratégia inicial de pesquisa implica rastrear as fontes primárias que permitam analisar os contornos desse discurso, tais como o já citado *Cahiers Internationaux de Sociologie* (editada entre 1946 e 2011), a *International Encyclopedia of Social Sciences*, organizada pela UNESCO, a revista *Tiers-Monde* (editada a partir dos anos 1960) e a revista *América Latina*, entre outros.

É claro que são muitos os obstáculos para a realização de uma pesquisa de tal monta, a começar pelo significativo desconhecimento mútuo entre latino-americanos e asiáticos a respeito dos contornos dessa geopolítica. Se, no lado de cá, há pouco conhecimento sobre a relação sobre as relações entre pós-colonialismo e sociologia, do lado de lá há notável ignorância sobre os circuitos intelectuais latino-americanos. Assim, tentativas de traçar a história desse universo muitas vezes limitam-se a apontar os marcos e personagens principais do Sul da Ásia. Partha Mukherji (Mukherji, 2004), por exemplo, aponta para o projeto de *indigenisation* de final dos anos 1960 como sendo o início do questionamento da natureza eurocêntrica da sociologia ocidental. Ora, esse questionamento, na verdade, é constitutivo da reflexão de pensadores clássicos da Argentina, Brasil, Cuba ou México, décadas antes de 1960.

Outro obstáculo diz respeito à própria dificuldade de lidar com campos que são marcados por distintas tradições lingüísticas, culturais e simbólicas. O debate sobre islamização do conhecimento, por exemplo, foi fundamental para alguns intelectuais africanos e asiáticos, mas inexistente no caso latino-americano. Apesar dessas dificuldades, as possibilidades são muitas, e o acúmulo de pesquisas nesta direção pode contribuir para uma interpretação mais rica do lugar do nosso pensamento social, permitindo que as histórias da sociologia e do pensamento brasileiro se fertilizem mutuamente.

BIBLIOGRAFIA

ABAZA, Monica. (2002) *Debates on Islam and Knowledge in Malaysia and Egypt: Shifting Worlds*. London, Routledge, 2002.

ABDEL-MALEK, Anouar. (1972) *La Dialectique Sociale*. Paris, Éditions du Seuil.

AKIWOWO, Akinsola A. (1986) "Contributions to the sociology of knowledge from an African oral poetry. *International Sociology*. Vol. 1, pp.345-358

ALATAS, Syed Hussein. *Intellectuals in developing societies*. Londres, Frank Cass, 1977a

_____. *The Myth of the Lazy Native: a study of the image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th century and its function in the ideology of colonial capitalism*. Londres, Frank Cass, 1977b

_____. “The captive mind in development studies. Some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia”. *International Social Sciences Journal*. Vol. XXIV, n.1, 1972 a.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2004) “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. In *Tempo Social*. Vol.16, n.1, pp. 107-118.

AZEVEDO, Aristôn. (2006) *A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

BARIANI JUNIOR, Edson. (2008) *Guerreiro Ramos e a Redenção Sociológica: Capitalismo e Sociologia no Brasil*. Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP.

_____. (2003) *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP.

BEIGEL, Fernanda (2010). *Autonomia y dependência acadêmica. Universidad e investigación científica en um circuito periférico*. Buenos Aires, Biblos.

BLANCO, Alejandro. “Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1960)”. In *Tempo Social*. Vol. 19, n.1, pp 89-114.

BOTELHO, André. (2007) “Seqüências de uma sociologia política brasileira”. In *Dados-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 50 (1): pp. 49-82.

BOURDIEU, Pierre. (2002) “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées.” In *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 145, pp. 3-8.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2005) “Linhagens do pensamento político brasileiro”. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 48(2): pp. 231-269.

BRASIL JR., Antonio. (2011) *Dilemas e paradoxos: as formulações de Florestan Fernandes e Gino Germani no início dos anos 1960*. Paper apresentado no 15º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Curitiba.

CARVALHO, Maria A. Rezende. (1998). *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.

DROUARD, Alain. (1982) “Refléxion sur une cronologie: Le développement des sciences sociales en France de 1945 à la fin des annes soixante”. *Revue française de sociologie*. Vol.23, n.1, pp 55-85.

ECHAVARRÍA, José Medina. (1940) *Panorama de la sociologia contemporanea*. Cidade do México, Fondo de Cultura Econômica.

GERMANI, Gino. (1964) *La sociología em la América Latina: Problemas y perspectivas*. Buenos Aires, EUDEBA.

GIDDENS, Anthony; TUNER, Jonnathan. (1999) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, UNESP.

GOMIDE, Bruno. (2004) *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Estudos da Linguagem. Unicamp.

GUANABARA, Ricardo. (1992) *Sociologia, nacionalismo e debate intelectual no Brasil pós-45*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IUPERJ.

GURVITCH, George. (1960) *Traité de Sociologie*. Paris, Presses Universitaire de France.

HEILBRON, J; GUILHOT, N; JEANPIERRE, L. (2008) “Toward a transnational history of the social sciences”. In *Journal of the History of the Behavioral Science*. Vol. 44 (2), 146-160.

JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. (2009) *Social Theory. Twenty Introductory Lectures*. Cambridge, Cambridge University Press.

LENGYEL, Peter. (1986) *International Social Science: The UNESCO Experience*. New Jersey, Transaction.

LEPENIES, Wolf. (1997) *As Três Culturas*. São Paulo, EDUSP.

LESSA, Renato (2011). “Da Interpretação à Ciência: Por uma História Filosófica do Conhecimento Político no Brasil”. *Lua Nova*. Vol.82, 17-60.

LIMA, Nísia. T. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, ed. Revan.

LOVE, Joseph. (1998) *A construção do terceiro mundo: Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MAIA, João M. Ehlert. (2011a). “Um capítulo do pensamento social periférico: Guerreiro Ramos e Hussein Alatas”. Paper apresentado no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.

_____. (2011b) “Space, social theory and peripheral imagination: Brazilian intellectual history and decolonial debates”. In *International Sociology*. Vol.26, pp. 392-407.

_____. (2008) *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2007). “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura...” In *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Vol.41, pp 53-72.

MAIO, Marco Chor. (1999) “O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.14, n.41.

MICELI, Sérgio. (2003) *O Nacional Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1989) “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In _____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, IDESP/Vértice/FINEP

MOTTA, Luiz Eduardo. (2010). “A Política do Guerreiro: Nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960”. In *Organizações e Sociedade*. vol.17, n.52, pp. 85-101.

MUKHERJI, Partha Nath. (2004) “Indigeneity and Universality in Social Science”. In P.N. Mukherji e C. Sengupta (org). *Indigeneity and Universality in Social Science: a South Asian Response*. New Delhi, Thousand Oaks, London, Sage.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1995), *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ

ORTIZ, Renato. (1994) *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

PÉCAUT, Daniel. (1990) *Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo, Ática.

PEIXOTO, Fernanda A. (2001) “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. In S. Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.II. São Paulo, Sumaré

PINHEIRO, Cláudio. (2010) “Direct and Indirect Transitivity. The receptions of Dependency Theory in India and Singapore and other dialogues between intellectual peripheries from the Global South.” Paper apresentado no *World Social Sciences and Humanities Network Meeting*. Buenos Aires, Argentina

RAMOS, Guerreiro. (1966) *Administração e Estratégia do Desenvolvimento. Elementos de uma sociologia especial da Administração*. Rio de Janeiro, editora FGV, 1966.

_____. (1958) *A redução sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica)*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958

_____. (1949a) “Sociologia do orçamento familiar (normas de vida)”. *Revista do Serviço Público*. Vol.3, n.3, p 11-21.

_____. (1949b) “As classes sociais e a saúde das massas (ensaio de sociologia e biometria diferencial)”. *Revista do Serviço Público*. Vol.4, n.1, p 36-40, 1949b

_____. (1948) “W.I. Thomas (1863-1947)”. *Revista do Serviço Público*. Vol. 2, n.1/2, p 159-160, 1948

_____. (1946) “A sociologia de Max Weber (sua importância para a teoria e a prática da administração)”. *Revista do Serviço Público*. Vol.3, n.2/3, p. 129-139, 1946.

RICUPERO, Bernardo. (2008) “Da Formação à forma: ainda as ‘idéias fora do lugar’”. *Lua Nova*. Vol. 73, pp. 59-69.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978) “Paradigma e histórica: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”. In _____. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades.

SCHWARCZ, Lilia M. (2008). *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo, Companhia das Letras.

SOARES, Luiz A. Alves. (1993) *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um Estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro, Copy & Arte.

SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André (2011). “Pensamento social brasileiro, um vasto campo ganhando forma”. In *Lua Nova*. N.82, pp 11-16

SCHWARZ, Roberto. (1973) “As idéias fora do lugar”. In *Estudos CEBRAP*. Vol.3.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; BAUMGARTEN, Maíra. (2005) “Contribuições da sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social”. In *Sociologias*. Ano 7, n. 14, pp 178-243

VILLAS-BÔAS, Gláucia. (2006) *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks.

WERNECK VIANNA. Luiz J. (1997) *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.